

Je

Jornal do
Engenheiro

Marcos Atroverde/AE



Conta de luz

Redução de tarifa entra em vigor, mas ainda gera polêmica

A partir de 5 de fevereiro, o preço pago pelo consumidor de energia em todo o Brasil deve baixar 20% na média, conforme previsto na Lei 12.783. Técnicos apontam problemas no ganho definido para as geradoras estatais.

Página 5



PRESERVAR DIREITOS PARA CRESCER

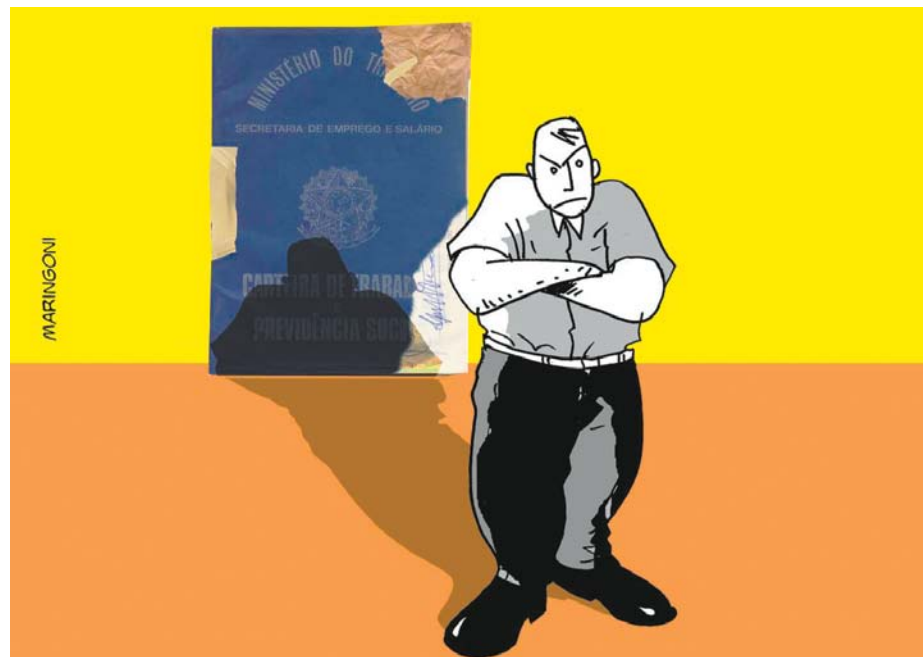
UM ARTIGO PUBLICADO pelo Diap (Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar) no mês de janeiro faz um alerta para as ameaças aos direitos trabalhistas presentes em diversas proposições apresentadas no Congresso Nacional em 2011 e 2012.

**Eng. Murilo Celso
de Campos Pinheiro**
Presidente

Entre os temas colocados em pauta, conforme aponta o texto de Neuriberg Dias, estão proibição ao empregado demitido de reclamar na Justiça; flexibilização de direitos trabalhistas de empregados de pequenas e microempresas; prevalência do negociado sobre o legislado; criação do contrato intermitente; e interferência na organização sindical. Ou seja, uma agenda de retrocesso que prejudica os trabalhadores e em nada contribui para os avanços que o País precisa empreender.

Para completar o clima do Parlamento, há ainda iniciativas empresariais, conforme relata o autor: “A CNI (Confederação Nacional da Indústria) listou 101 propostas de ‘modernização das relações trabalhistas’ e apresentou à presidente Dilma Rousseff um pacote para modificar a legislação trabalhista. Para a representante empresarial, isso tornaria a indústria mais competitiva e contribuiria para o desenvolvimento sustentável do País.”

O mesmo artigo chama a atenção para um possível acirramento dessa tendência, a depender dos resultados econômicos em 2013. “Se persistir um crescimento do PIB (Produto Interno Bruto) tímido, inferior a 3%, sem uma retomada com vigor dos investimentos, o setor empresarial ampliará a pressão sobre os direitos trabalhistas, alegando que os incentivos fiscais e monetários não foram suficientes para manter os



empregos, tampouco para gerar novos neste ano”, prevê Dias.

Justamente aqui reside um equívoco daqueles que não associam a valorização do trabalho ao desenvolvimento socioeconômico. Não será com mais exploração que o Brasil se tornará uma economia forte e tecnologicamente avançada, mas com a qualificação de sua mão de obra, o que implica respeitar e ampliar benefícios sociais. Além de assegurar remuneração justa e cumprir com as obrigações previstas na CLT (Consolidação das Leis do Trabalho) e na Constituição Federal, é necessário que haja investimentos para se conquistar mais.

Uma medida importantíssima seria a instituição de um sistema nacional de educação continuada, conforme a CNTU (Confederação Nacional dos Trabalhadores Liberais Universitários Regulamentados) tem defendido em campanha junto à sociedade, a membros do governo federal e a parlamentares. Ainda, é preciso elevar o nível educacional de todos os trabalhadores brasileiros que certamente precisarão ter a sua jornada diária na labuta reduzida para poder dedicar tempo à sua formação.

Empreender tal esforço não se trata de favor àqueles que constroem o País dia após dia com sua dedicação, saber e suor, mas de projetar uma nação de verdade para o futuro.

Não será com mais exploração que o Brasil se tornará uma economia forte e tecnologicamente avançada, mas com a qualificação de sua mão de obra.

JORNAL DO ENGENHEIRO — Publicação do Sindicato dos Engenheiros no Estado de São Paulo

Diretora responsável: Maria Célia Ribeiro Sapucahy. Conselho Editorial: Murilo Celso de Campos Pinheiro, João Carlos Gonçalves Bibbo, Celso Atienza, João Paulo Dutra, Henrique Monteiro Alves, Laerte Conceição Mathias de Oliveira, Carlos Alberto Guimarães Garcez, Fernando Palmezan Neto, Antonio Roberto Martins, Edilson Reis, Esdras Magalhães dos Santos Filho, Flávio José Albergaria de Oliveira Brizida, Marcos Wanderley Ferreira, Aristides Galvão, Celso Rodrigues, Cid Barbosa Lima Junior, Fabiane B. Ferraz, João Guilherme Vargas Netto, Luiz Fernando Napoleone, Newton Güenaga Filho, Osvaldo Passadore Junior e Rubens Lansac Patrão Filho. Colaboração: Delegacias Sindicais. Editora: Rita Casaro. Repórteres: Rita Casaro, Soraya Misleh, Lourdes Silva, Lucélia de Fátima Barbosa e Rosângela Ribeiro Gil. Projeto gráfico: Maringoni. Diagramadores: Eiel Almeida e Francisco Fábio de Souza. Revisora: Soraya Misleh. Apoio à redação: Luis Henrique Costa e Priscila Dezidério. Sede: Rua Genebra, 25, Bela Vista – São Paulo – SP – CEP 01316-901 – Telefone: (11) 3113-2650 – Fax: (11) 3106-8829. E-mail: imprensa@seesp.org.br. Site: www.seesp.org.br. Tiragem: 31.000 exemplares. Fotolito e impressão: Folha Gráfica. Edição: 1º a 15 de fevereiro de 2013. Artigos assinados são de responsabilidade dos autores, não refletindo a opinião do SEESP.

ALADO A
ANATEC
PUBLICAÇÕES E SERVIÇOS G. & C.





Qual o horizonte que sua empresa quer alcançar?

Divulgue seu produto ou serviço aos engenheiros do Estado de São Paulo.

Anuncie aqui!
(11) 9173-0651
(11) 3284-9880

Sua ART pode beneficiar o Sindicato dos Engenheiros. Ao preencher o formulário da ART, não esqueça de anotar o código 068 no campo "entidade de classe". Com isso, você destina 16% do valor para o SEESP. Fique atento: o campo não pode estar previamente preenchido.

Poder público ignora importância das calçadas

Ivan Metran Whately

TODA A MOBILIDADE URBANA começa ou termina na calçada, elemento de ligação entre todas as atividades urbanas. Segundo a pesquisa de origem/destino do Metrô de São Paulo (2007), 34% das viagens (com mais de 500 metros) são realizadas por modo não motorizado. Se forem incluídas as viagens de pequeno percurso, certamente andar a pé é o modo de transporte predominante na Capital paulista.

A lei que institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana confere prioridade aos modos não motorizados; o Código de Trânsito Brasileiro define as calçadas como parte integrante do sistema viário da cidade. Nessas condições, fica evidenciada a importância das calçadas pela sua função e pelo caráter de equipamento urbano imprescindível.

Apesar disso, os passeios públicos não oferecem condições satisfatórias de conforto e segurança aos seus usuários. A Prefeitura planeja, implanta, opera e fiscaliza as pistas por onde circulam os transportes motorizados, incluindo as faixas de pedestres, mas deixa as calçadas por conta dos proprietários dos imóveis lindeiros. Em decorrência, o alinhamento não tem continuidade na largura e no perfil longitudinal, acomodando-se



mais aos nivelamentos das soleiras de cada imóvel que à continuidade da rede. Os acabamentos dos pisos, executados por diferentes proprietários, não são homogêneos, como também a regularidade de manutenção, dificultando a circulação dos pedestres, carros de bebê e cadeiras de roda. Muitas vezes é mais fácil andar pela pista, em conflito com os automóveis, que pelas calçadas.

Mesmo os projetos das edificações não contribuem para melhorar a situação, pois não contemplam a rede de calçadas, nem a Prefeitura assim o exige quando da aprovação desses. Assim, via por onde caminha o pedestre é executada mais como acabamento entre o terreno e a pista que como componente do sistema de transporte da cidade.

A via por onde caminha o pedestre é executada mais como acabamento entre o terreno e a pista que como componente do sistema de transporte da cidade.

Agravando esse quadro, muitas têm largura insuficiente para circulação de cadeiras de rodas ou para atender à demanda local. Nesse caso, a solução ao problema foge do âmbito dos proprietários dos imóveis, tendo em vista que somente a Prefeitura pode efetuar alargamentos, avançar sobre a pista e executar as obras nos logradouros públicos.

A administração municipal precisa assumir os custos ou a responsabilidade pela rede de calçadas em toda a cidade, corrigir as deficiências relativas à homogeneidade e capacidade, bem como operá-las e fiscalizá-las como o modo de transporte mais importante para a população. A missão é difícil, mas imprescindível.

Ivan Metran Whately é engenheiro de transporte e coordenador da Divisão Técnica de Transporte Metropolitano do Instituto de Engenharia

OH DIA, OH AZAR...

O MUNDO VAI ACABAR!!



VAI TER APAGAO!!!



A INFLAÇÃO VAI SAIR DO CONTROLE!!!!!!



VAI CHOVER!!!!!!!



NÃO VAI CHOVER!!!!!!



CARAMBA... O TERRORISMO VERBAL CAIU MUITO NO MERCADO... NINGUÉM COMPRO.





Isitec espera iniciar graduação em engenharia em agosto

Soraya Misleh

COM A PERSPECTIVA de aprovação de funcionamento do Isitec (Instituto Superior de Inovação e Tecnologia) pelo MEC (Ministério da Educação) ainda neste semestre, a meta é dar início ao curso de graduação em engenharia de inovação em agosto. A expectativa é apontada pelo diretor-geral do estabelecimento, Antonio Octaviano. Fundamenta-se nos resultados auspiciosos obtidos junto ao órgão governamental respectivamente em outubro e dezembro. No primeiro desses meses, uma comissão visitou as instalações da futura escola e a considerou habilitada a entrar em operação.

Foram verificados aspectos da infraestrutura, como laboratórios, biblioteca, condições das salas de aula. Já ao apagar das luzes de 2012, representantes do governo avaliaram a proposta pedagógica, concedendo nota elevada ao curso de graduação. “Reconheceram como um projeto avançado, inovador, tanto na forma quanto no conteúdo, entendendo ser o que o País precisa do ponto de vista de formação e qualificação de engenheiros,

respondendo ao que a sociedade, mercado, indústria colocam como necessidades ao desenvolvimento sustentável.” Ao encontro, portanto, do que propugna o projeto “Cresce Brasil + Engenharia + Desenvolvimento”, lançado pela FNE (Federação Nacional dos Engenheiros), com a adesão dos sindicatos a ela filiados, entre os quais o SEESP, entidade mantenedora da instituição.

O processo para credenciamento legal do Isitec junto ao MEC teve início há um ano e ainda há alguns passos a serem percorridos. Agora, os dois documentos avalizando a proposta deverão seguir para o Conselho Nacional de Educação, que nomeará um relator. “A expectativa é que a homologue.” As etapas posteriores são o encaminhamento ao Ministro da Educação e daí à Casa Civil. Somente depois o resultado será publicado no Diário Oficial da União, “nos transformando em instituição de ensino superior”.

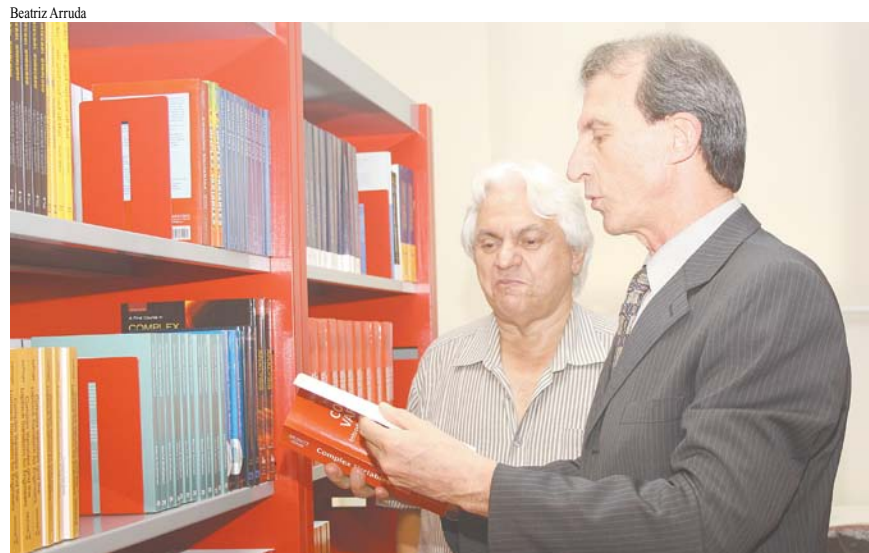
O curso

Vencidas todas essas fases, o Isitec – primeira instituição do gênero cujo mantenedor é um sindicato, o SEESP – poderá então abrir processo seletivo para entrada da turma inaugural de 60 alunos em engenharia de inovação. Além de oferecer pós-graduação *lato sensu* – os cursos de curta duração já podem ser disponibilizados. Segundo Octaviano, a graduação será em período integral, com carga horária de 4.600h, superior ao mínimo exigido de 3.600h pelo MEC. “Prevê na grade curricular um elenco grande de disciplinas, matérias optativas e atividades complementares.”

A ideia, conforme José Marques Póvoa, diretor acadêmico do Isitec, é formar engenheiros “multiespecialistas, que sejam capazes de se

especializar em diversas áreas” ao longo de sua carreira. A proposta audaciosa leva em conta o fato de hoje o mercado ser absolutamente dinâmico, requerendo atualização constante. Caso contrário, diante dos avanços tecnológicos, os conhecimentos adquiridos na faculdade já poderão estar obsoletos na colação de grau. O novo curso, de cinco anos, pretende fornecer uma base sólida em engenharia, recuperando o conceito original do profissional enquanto “resolvedor de problemas”. “Tendo esse domínio, e estando preparado para continuar a aprender ao longo da vida, esse conseguirá transitar nas diversas áreas.” Com aulas práticas em todos os semestres, Póvoa destaca o caráter integrador do curso. “Não haverá laboratórios separados por disciplina, permitindo ao aluno realizar projetos em várias áreas.”

Além disso, ele aponta outros diferenciais na grade curricular. Entre eles, a inclusão do segundo ao oitavo ano da disciplina “*Design* e equipe de inovação”, com a proposta de que o estudante aprenda a trabalhar em equipe desde sua entrada na faculdade, já desenvolvendo projetos, num processo dinâmico. Característica que o distingue, de acordo com o diretor acadêmico, ainda é a preocupação em apresentar exemplos de aplicação de engenharia nas disciplinas básicas dos três primeiros semestres, numa busca por impedir a evasão. Além de nivelamento no começo do curso para avaliar possíveis dificuldades em exatas, o Isitec propiciará acompanhamento fora do horário normal de aula durante os cinco anos de graduação. Também haverá “laboratório de linguagens”, provavelmente incluindo inglês, português e plataforma Windows. O projeto foca também no relacionamento universidade-empresa, que deve ser impulsionado via convênios com companhias.



Na biblioteca do Isitec, Póvoa e Octaviano: infraestrutura adequada e proposta pedagógica inovadora.

DELEGACIAS DO SINDICATO – ALTA MOGIANA: Av. Mogiana, 1.885 – Ribeirão Preto – CEP: 14075-270 – Tels.: (16) 3628-1489 - 3969-1802 – E-mail: altamogiana@seesp.org.br. ALTO TIETÊ: R. Coronel Souza Franco, 720 – CEP: 08710-020 – Tel./fax: (11) 4796-2582 – E-mail: seesp.mogidascruzes@terra.com.br. ARAÇATUBA: R. Antônio Pavan, 75 – CEP: 16020-380 – Tel.: (18) 3622-8766 – E-mail: aracatuba@seesp.org.br. ARARAQUARA: R. São Bento, 700 – 10º and. – sala 103 – CEP: 14800-300 – Tel./Fax: (16) 3322-3109 – E-mail: araraquara@seesp.org.br. BAIXADA SANTISTA: Av. Senador Pinheiro Machado, 424 – Santos – CEP: 11075-000 – Tel./Fax: (13) 3239-2050 – E-mail: baixadasantista@seesp.org.br. BARRETOS: Av. Cinco, nº 1.145 – CEP 14783-091 – Telefones: (17) 3322-7189 - 3324-5805 - 3322-8958 – E-mails: barretos@seesp.org.br - seespbarretos@uol.com.br - seespbarretos@gmail.com. BAURU: Rua Constituição, 8-71 – CEP: 17013-036 – Tel./Fax: (14) 3224-1970 – Página: seesp.org.br/bauru.html – E-mail: secretaria@seespbauru.org.br. BOTUCATU: R. Rangel Pestana, 639 – CEP: 18600-070 – Tel./Fax: (14) 3814-3590 – E-mail: botucatu@seesp.org.br. CAMPINAS: Av. Júlio Diniz, 605 – CEP: 13075-420 – Tels.: (19) 3368-0204 / 0205 / 0206 – E-mail: campinas@seesp.org.br. FRANCA: R. Voluntário Jaime de Aguilar Barbosa, 1.270 – CEP: 14403-365 – Tels.: (16) 3721-2079 - 3722-1827 – E-mail: franca@seesp.org.br. GRANDE ABC: R. Haddock Lobo, 15/19 – Santo André – CEP: 09040-340 – Tel.: (11) 4438-7452 – Fax: (11) 4438-0817 – E-mail: abc@seesp.org.br. GUARATINGUETÁ: R. Pedro Marcondes, 78 – sala 34 – CEP: 12500-340 – Tel./Fax: (12) 3122-3165 – E-mail: guaratingueta@seesp.org.br. JACAREÍ: Av. Pensilvânia, 531 – CEP: 12300-000 – Tel./Fax: (12) 3952-4840 – E-mail: jacarei@seesp.org.br. JUNDIAÍ: R. Prudente de Moraes, 596 – CEP: 13201-004 – Tel.: (11) 4522-2437 – E-mail: jundiaseesp@terra.com.br. LINS: Rua Rio Branco, 273 – Ed. Galeria Torre de Lins – 9º andar – Sala 94 – Centro – Lins/SP – CEP: 16400-085 – Tel.: (14) 3522-2119 – E-mail: seesplins@terra.com.br. MARÍLIA: R. Carlos Gomes, 312 – cj. 52 – CEP: 17501-000 – Tel./Fax: (14) 3422-2062 – E-mail: seespmar@uol.com.br. PINDAMONHANGABA: R. Dr. Rubião Junior, 192 – 3º andar – sala 32 – CEP: 12400-450 – Tel./Fax: (12) 3648-8239 – E-mail: pinda@seesp.org.br. PIRACICABA: R. Benjamin Constant, 1.575 – CEP: 13400-056 – Tel./Fax: (19) 3433-7112 – E-mail: piracicaba@seesp.org.br. PRESIDENTE PRUDENTE: R. Joaquim Nabuco, 623 – 2º andar – sala 26 – CEP: 19010-071 – Tel./Fax: (18) 3222-7130 – E-mail: pprudente@seesp.org.br. RIO CLARO: Rua Cinco, 538 – Salas 1 e 2 – Centro – CEP 13.500-040 – Tel./Fax: (19) 3534-9921 – E-mail: rioclaro@seesp.org.br. SÃO CAETANO DO SUL: Estrada das Lágrimas, 1.708 – Tel.: (11) 2376-0429 – E-mail: saocaetano@seesp.org.br. SÃO CARLOS: R. Rui Barbosa, 1.400 – CEP: 13560-330 – Tel./Fax: (16) 3307-9012 – E-mail: scarlos@seesp.org.br. SÃO JOSÉ DOS CAMPOS: R. Paulo Setubal, 147 – sala 31 – CEP: 12245-460 – Tel.: (12) 3921-5964 – Fax: (12) 3941-8369 – E-mail: seesspj@hotmail.com. SÃO JOSÉ DO RIO PRETO: R. Cândido Carneiro, 239 – CEP: 15014-200 – Tel./Fax: (17) 3232-6299 – E-mail: sjriopreto@seesp.org.br. SOROCABA: R. da Penha, 140 – CEP: 18010-000 – Tel./Fax: (15) 3231-0505 / 3211-5300 – E-mail: sorocaba@seesp.org.br. TAUBATÉ: Rua Venezuela, 271 – CEP: 12030-310 – Tels.: (12) 3633-5411 - 3631-4047 – Fax: (12) 3633-7371 – E-mail: taubate@seesp.org.br.

REDUÇÃO NA TARIFA TORNA-SE LEI

Rita Casaro

A PARTIR de 5 de fevereiro passam a valer as regras da Lei 12.783, que visa reduzir na média em 20% as tarifas de energia elétrica fornecida pelo mercado regulado. Para as indústrias, o benefício deve atingir até 28% e para o consumidor residencial, 16,2%.

Segundo a Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica), responsável pelos cálculos na revisão extraordinária, economia de 7% será obtida com cortes nos encargos setoriais e de 13%, das tarifas médias de geração e transmissão. A União aplicará recursos anuais da ordem de R\$ 3,3 bilhões na CDE (Conta de Desenvolvimento Energético) para subsidiar programas como o Luz para Todos e a tarifa social destinada à população de baixa renda, hoje custeados pelo setor elétrico e rateados entre o conjunto dos usuários do serviço.

Sancionada em 11 de janeiro, a norma vigente originou-se do Projeto de Lei de Conversão 30/2012, aprovado no Senado e na Câmara em dezembro último, por sua vez, oriundo da Medida Provisória 579, editada em 11 de setembro, que causou polêmica no final de 2012 e foi objeto de amplo debate promovido pela FNE (Federação Nacional dos Engenheiros) em 26 de novembro, na sede do SEESP.

Para baixar o preço da conta de luz, a União ofereceu às empresas cujas concessões venceriam até 2017 a oportunidade de prorrogá-las, sem nova licitação, por mais 30 anos, desde que aceitassem o fim da atual até 31 de dezembro de 2012 e o novo valor calculado pela Aneel, que diminuiu a tarifa média de geração e a Receita Anual Permitida da transmissão, levando em conta a lógica segundo a qual as concessões renovadas não poderiam mais incluir ativos a depreciar e, portanto, não repassariam tais custos aos consumidores. Para quitar investimentos ainda não cobertos, as concessionárias receberão indenização do governo federal, anunciadas em cerca de R\$ 20 bilhões e depois ampliadas conforme a Me-

da Provisória 591 para atender a correções reclamadas pelas empresas.

Vencido o prazo para adesão ou não à proposta do governo em 4 de dezembro, os termos foram aceitos pelo Grupo Eletrobrás, apesar da oposição dos acionistas minoritários. Também optaram pela renovação Cteep (Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista), CPFL (Companhia Paulista de Força e Luz) e CEEE (Companhia Estadual de Energia Elétrica). Já Cemig, Copel e Celesc (companhias energéticas dos estados de Minas Gerais, do Paraná e de Santa Catarina) recusaram as regras apresentadas para a geração e aceitaram-nas para a transmissão. Também ficou de fora do pacote a Cesp, geradora de São Paulo. Com isso, as respectivas concessões ao final do contrato serão retomadas pela União e serão objeto de nova licitação.

Erro na dose

Durante o seminário realizado pela FNE, o secretário de Energia do Estado de São Paulo, José Anibal, afirmou ser impossível aceitar as regras do governo. “No caso da Cesp, o MWh que eles estão nos oferecendo, R\$ 7,42, não remunera operação e manutenção.” Para o diretor do SEESP e representante da federação na Frente de Defesa do Consumidor de Energia Elétrica, Carlos Kirchner, a modelagem adotada pelo governo tem pontos positivos, mas deixou de estipular valores justos para a geração, ao contrário da transmissão. A rigor, lembra ele, só as geradoras federais aceitaram a renovação.

Para o engenheiro, embora acerte ao buscar a redução tarifária, o governo errou na dose ao determinar o valor de geração, cujo corte não foi compensado pelas indenizações. “Cair de R\$ 80,00 para R\$ 9,00 o MWh, por exemplo no caso da UHE Três Irmãos da Cesp, foi muito drástico”, pondera.

Competitividade e crescimento

A medida adotada pelo governo responde à reivindicação do setor produtivo e foi comemorada. Para o presidente executivo da Abrace (Associação Brasileira de Grandes Consumidores Industriais de Energia e de Consumidores Livres), Paulo Pedrosa, “resultado (*da nova lei*) é que os consumidores vão economizar algo próximo a R\$ 20 bilhões em suas contas em 2013.” Ele lembra que há alterações positivas também para os clientes do mercado livre, que usufruirão menores taxa de transmissão e distribuição. Para esses, afirma, as contas cairão entre 9% e 16%.

De acordo com Pedrosa, a diminuição da tarifa certamente se traduzirá em desenvolvimento. “Estudos do ‘Projeto Energia Competitiva’ mostram que, em média, cada R\$ 1,00 a menos pago pela energia resulta em R\$ 8,6 a mais no PIB (*Produto Interno Bruto*) do País num ciclo de dez anos.” Ainda, informa ele, estimativas da FGV (Fundação Getúlio Vargas) indicam que uma redução média de 20% na tarifa permitirá incremento de 8% na expansão do PIB entre 2013 e 2020, além da criação de 5 milhões de empregos no mesmo período e ampliação de US\$ 130 bilhões nas exportações.

Como os preços chegaram às nuvens

A Lei 12.783 recebeu críticas de técnicos com larga experiência no setor elétrico. Sem alterar a regra mercantil que foi imposta ao País nos anos 90 e não completamente modificada pelo modelo implantado a partir de 2004, a nova medida, além de penalizar as geradoras estatais, afirmam, não mexe nas raízes do problema que levou a tarifa de energia no Brasil às alturas. Entre os motivos para tanto, Carlos Kirchner, diretor do SEESP, aponta a manutenção de uma das disfunções criadas no modelo de privatização: o *self-dealing*. Por esse mecanismo, as distribuidoras podiam contratar,

sem licitação, energia mais cara de geradoras do grupo econômico ao qual pertenciam, deixando de adquirir o insumo das estatais que ofereciam preços melhores. Pesquisa feita pelo engenheiro e publicada no livro de sua autoria, intitulado “Malogro no setor elétrico” (SEESP, 2005), demonstra a gravidade da situação. A AES Eletropaulo, por exemplo, abriu mão do preço de R\$ 78,30/MWh da Cesp e optou por pagar R\$ 109,94 à AES Tietê.

Outro grave fator foram os reajustes acima da inflação, calculados pelo IGP-M (Índice

Geral de Preços do Mercado). Segundo Roberto D’Araújo, diretor do Ilumina (Instituto de Desenvolvimento Estratégico do Setor Energético), entre 1995 – ano que marca o processo de privatização no setor – e 2010, o aumento real para o consumidor residencial atingiu 75%; para a indústria, astronômicos 135%.

Por fim, o modelo privatista também trouxe as inúmeras taxas setoriais que, conforme estudo da Firjam (Federação das Indústrias do Rio de Janeiro), respondem por 17% da tarifa final.



Baixaki



MAIS DE 95% DOS TRABALHADORES RECEBERÃO PLR SEM IR

Rosângela Ribeiro Gil

O NÚMERO É INDICADO PELO coordenador de Relações Sindicais do Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos), José Silvestre Prado de Oliveira, a partir da aplicação da Medida Provisória 597, editada pelo governo federal em dezembro último, que isenta de IR (Imposto de Renda) a PLR (Participação nos Lucros e Resultados) no valor de até R\$ 6.000,00. Acima desse patamar, a tributação será progressiva, de 7,5%, a 27,5%, de acordo com o montante recebido. Antes, o imposto retido na fonte era de 27,5% para todas as faixas.

A isenção tributária no benefício era uma bandeira antiga dos trabalhadores. Em 2012, as centrais sindicais intensificaram a pressão – com mobilizações de rua e abaixo-assinados – e conseguiram manter reuniões com a área econômica do governo. A proposta original dos sindicatos, lembra Antônio Augusto de Queiroz, diretor de documentação do Diap (Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar), não tinha teto. “Durante as negociações, o governo

optou por adotar a isenção tomando como base uma média da PLR nacional. De qualquer maneira, é uma conquista importante para os trabalhadores”, avalia. O deputado federal Paulo Pereira da Silva, o Paulinho (PDT/SP), presidente da Força Sindical, diz que o governo acertou o remédio, mas errou na dose. “As centrais sindicais reivindicavam a isenção para valores bem acima do anunciado. Mas nossa luta por uma desoneração maior continua.”

Silvestre explica que mesmo aqueles que recebem PLR acima de R\$ 6.000,00 terão ganho (*ver tabela com valores a partir do piso salarial dos engenheiros de R\$ 6.102,00*). Ele exemplifica com o valor de R\$ 10.000,00, cujo imposto retido na fonte, pela regra antiga, era de R\$ 1.959,42 e, com a mudança, passa a R\$ 375,00. Ou seja, um ganho de R\$ 1.584,42. “Embora não tenha sido conquistada a isenção para demais abonos pecuniários, como o adicional de férias, previsto na reivindicação do mo-

Valor do PLR anual (em R\$)	Alíquota	Parcela a deduzir (em R\$)
de 0,00 a 6.000,00	0,00%	-
de 6.000,01 a 9.000,00	7,50%	450,00
de 9.000,01 a 12.000,00	15,00%	1.125,00
de 12.000,01 a 15.000,00	22,50%	2.025,00
Acima de 15.000,00	27,50%	2.775,00

vimento sindical, a MP traz sem dúvida ganho significativo para os trabalhadores, inclusive a nossa categoria”, afirma o presidente do SEESP, Murilo Celso de Campos Pinheiro.

A razão do governo para não atender à reivindicação de isenção total da PLR seria o impacto fiscal, já que a medida aprovada, segundo a União, reduzirá a receita em R\$ 1,7 bilhão ao ano. Para Wagner Gomes, presidente da CTB (Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil), essa diminuição na arrecadação será compensada pelo estímulo à atividade econômica. “Além de contemplar uma justa reivindicação, a isenção ajuda a fortalecer o mercado interno, ampliando a capacidade de consumo da classe trabalhadora. É esse o rumo que desejamos para o desenvolvimento do País, crescimento com valorização do trabalho”, diz.

Segundo o presidente da CUT (Central Única dos Trabalhadores), Vagner Freitas, a medida traz esperanças de que outras lutas dos trabalhadores tenham resultado positivo. “Esperamos que a partir disso, o governo atenda outras de nossas reivindicações, como a redução da jornada para 40 horas semanais sem redução de salário, o fim do fator previdenciário e a regulamentação da negociação no setor público até o mês de abril, para que possamos apresentar no 1º de maio”, elenca.

Simulação de impacto da MP 597 - PLR Engenheiros

Valor da PLR (R\$)	MP 597 - R\$		IRPF na Fonte			Ganho com a MP	
			Tabela MP 597	Tabela prevista 2013*			
	Alíquota direta	Dedução	IR devido R\$	Alíquota direta	Dedução	R\$	R\$
6.102,00	457,65	450,00	7,65	1.678,05	790,58	887,47	879,82
7.000,00	525,00	450,00	75,00	1.925,00	790,58	1.134,42	1.059,42
7.500,00	562,50	450,00	112,50	2.062,50	790,58	1.271,92	1.159,42
8.000,00	600,00	450,00	150,00	2.200,00	790,58	1.409,42	1.259,42
8.500,00	637,50	450,00	187,50	2.337,50	790,58	1.546,92	1.359,42
9.000,00	675,00	450,00	225,00	2.475,00	790,58	1.684,42	1.459,42
9.500,00	1.425,00	1.125,00	300,00	2.612,50	790,58	1.821,92	1.521,92
10.000,00	1.500,00	1.125,00	375,00	2.750,00	790,58	1.959,42	1.584,42
11.000,00	1.650,00	1.125,00	525,00	3.025,00	790,58	2.234,42	1.709,42
12.000,00	1.800,00	1.125,00	675,00	3.300,00	790,58	2.509,42	1.834,42
15.000,00	3.375,00	2.025,00	1.350,00	4.125,00	790,58	3.334,42	1.984,42
20.000,00	5.500,00	2.775,00	2.725,00	5.500,00	790,58	4.709,42	1.984,42

Fórmula para cálculo do imposto devido a partir da MP 597, num exemplo de PLR de R\$ 10.000,00: $15\% \times 10.000,00 - R\$ 1.125,00^* = R\$ 375,00$

*Segundo tabela definida na Medida Provisória.

Elaboração: Dieese (*) Tabela disponível no site da Receita Federal

Novidades

Inscrições abertas na FSA

Ainda é possível inscrever-se na Fundação Santo André no curso de pós-graduação *lato sensu* em engenharia de segurança do trabalho, bem como em outros de MBA, como o de administração para engenheiros ou de especialização na área de educação. Mais informações pelos telefones (11) 4979-3361/3302, *e-mail* pos@fsa.br e no *site* www.fsa.br/pos. Desconto de 10% nas mensalidades.

Organização de ambientes

Débora Campos Alves presta serviços de organização em *closet*, cozinha, *home office*, pequenas empresas, áreas de serviço, garagem e outros locais em casa, no escritório, bem como para mudança. Entre em contato e solicite uma visita de avaliação. Mais informações pelo telefone (11) 97062-6379, *e-mail* sdorganiza@gmail.com e no *blog* euorganizo.wordpress.com. Desconto de 15%.

Consultoria e coaching

Serviços de *coaching* de carreira, negócios, vida e equipe estão ao alcance dos associados na Realize Desenvolvimento Humano e Organizacional, através de Cássia Virgínia de Resende. Atende na Rua Capote Valente, 76, Pinheiros, na Capital. Mais informações pelos telefones (11) 3878-3983 e 98288-4040, *e-mail* cassia@realizeacao.com.br e no *site* www.realizeacao.com.br. O primeiro encontro é gratuito. Desconto de 10%.

Psicanálise em Sorocaba

Terapia sexual, aconselhamento sobre dependência química (adictos e familiares) e psicanálise estão ao alcance de adolescentes, adultos e casais. O atendimento é realizado por Adilson Costa na Rua Amador Bueno, 43, Centro. Mais informações pelo telefone (15) 9618-1909 e *e-mail* adilsonncosta@gmail.com. Descontos de 20% a 30%.

Ótica em Cerqueira César

A Mellotica Óculos Especiais é uma opção aos filiados ao sindicato. Fica na Rua da Consolação, 2.625, Cerqueira César, na Capital. Mais informações pelo telefone (11) 3081-6693 e *e-mail* mellotica01@gmail.com. Desconto de 15%.

Odontologia em Moema

Implantes, ortodontia, odontopediatria, periodontia, endodontia, estética e clareamento e outros serviços são realizados na clínica Ana Paro Odonto Care. Avenida Irai, 393, conjunto 26, Moema, na Capital. Mais informações pelo telefone (11) 3467-4600, *e-mail* contato@anaparo.com.br e no *site* www.anaparo.com.br. Desconto de 10%.

Cursos de informática

Na Compuclasses Informática é possível ter aulas particulares na sede ou no endereço do associado e do dependente. Novos cursos: atualização em windows 8; excel básico, avançado e financeiro, autocad, tabletes sistema android e IOS funções e aplicativos, apresentação em powerpoint. Outros regulares: introdução à informática e pacote office. Rua Afonso Brás, 656, conjunto 91, Vila Nova Conceição, na Capital. Informações pelo telefone (11) 3476-3177 e no *site* www.compuclasses.com.br. Desconto de 15% para associados e dependentes.

Atenção: os benefícios SEESP são válidos para associados de todo o Estado. Consulte relação completa no *site* www.seesp.org.br

Convênios

Educação

- Centro Britânico – cursos de inglês, alemão, italiano e francês. Unidades em vários bairros da Capital de São Paulo e das cidades de Caieiras, Campinas, Guarulhos, Jundiaí, Osasco, Santo André, São Caetano do Sul e Piracicaba. Mais informações no *site* www.centrobritanico.com.br. Desconto de 15%.
- Colégio Celestin Freinet – Berçário, educação infantil e do 1º ao 5º ano do ensino fundamental. Rua Capitão Macedo, 356, Vila Clementino, na Capital. Informações pelos telefones (11) 5549-9455 e 5081-3931, *e-mail* passinho inicial@uol.com.br e no *site* www.passinho inicial.com.br. Descontos de 20% a 30%.

Consultoria em iluminação

Comercialização, representação e consultoria em iluminação por LED com o engenheiro Boris Garbati Becker. Rua Cardoso de Almeida, 457, apartamento 123, Perdizes, na Capital. Mais informações pelos telefones (11) 3662-3825 e 98569-9999 e *e-mail* garbeck-consultoria@uol.com.br. Desconto de 10%.

Produtos para o corpo e cabelo

Adquira produtos da Victoria Secret (para o corpo) e da Aussie 3 Minute Miracle (para cabelo) com Cristina Beatriz Amelio Scherschmidt. Mais informações pelos telefones (11) 97479-6026 e, 5072-3299 e *e-mail* beatriz7scher@gmail.com. Desconto de 10%.



- Descontos de 10% (de março a novembro) e 5% (de dezembro a fevereiro).
- Morada do Sol (chalés mobiliados) – Rua José Costa, 541, Praia de Boracéia, Bertioga (SP). Informações pelos telefones (13) 3312-3156 e 9712-4838, *e-mail* boraceia2002@gmail.com e no *blog* www.chalesmoradadosol.blogspot.com. Descontos de 5% (alta temporada) e 10% (baixa), exceto pacote de feriados.
- Pousada Villa Mantiqueira – Diária com café da manhã. Estrada Machadinho, Km 4, Machadinho, em Santo Antônio do Pinhal (SP). Informações pelo telefone (12) 3666-2425, *e-mail* pousadavillamantiqueira@gmail.com e no *site* www.pousadavillamantiqueira.com.br. Desconto de 18% (exceto feriados).

Franca faz limpeza de áreas públicas para evitar enchentes

A Secretaria de Serviços e Meio Ambiente da Prefeitura realizou limpeza de terrenos públicos e praças e remoção de entulhos dos canteiros das principais avenidas da cidade. O intuito é evitar que esse material, formado por folhagens e restos de lixo muitas vezes deixados nas calçadas, tome o destino das redes de galerias, o que pode gerar problemas mais sérios com os entupimentos da canalização. Nas margens dos canais dos córregos dos Bagres e Cubatão houve a necessidade do recolhimento de galhos de árvores que foram arrancados, além de danos provoca-

dos no asfalto. Nessas situações, as equipes fizeram o isolamento dos locais, desviando o trânsito de modo a preservar a segurança dos condutores e dos pedestres. A medida foi para evitar enchentes e alagamentos devido à ocorrência de chuvas.

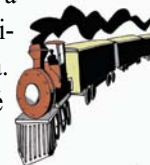
Além da poda de grama, limpeza dos terrenos, canteiros e jardins, a Secretaria de Serviços e Meio Ambiente espera conscientizar a população a não destinar resíduos em qualquer local. Durante este e os próximos dois meses, a Prefeitura pretende dar continuidade à manutenção dos parques ambientais e demais áreas públicas.

Recuperação de áreas atingidas pela chuva em Lins

O governo do Estado prometeu destinar R\$ 1 milhão para a recuperação de áreas afetadas pela chuva no município e socorro às vítimas. Foram verificados problemas como falta de galeria de águas pluviais e de macrodrenagem.

Iniciada campanha salarial na CPTM

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 8 de janeiro, os engenheiros que trabalham na companhia aprovaram a pauta de reivindicações da categoria, a qual já foi encaminhada à empresa. A data-base é 1º de março.



Vagas, orientação, treinamentos

Por intermédio de sua área de Oportunidades & Desenvolvimento Profissional, o SEESP oferece diversos serviços aos engenheiros. Entre eles, orientação profissional (vocacional) e para elaboração de currículo, *coaching* de carreira e emissão de carteira de trabalho. Além disso, conta com o Programa Engenheiro Completo, através do qual coloca à disposição da categoria treinamentos diversos.

Oportunidades

Outro serviço é o cadastramento de currículos e vagas. Para se candidatar, acesse www.seesp.org.br, *link* Cursos e Oportunidades – Currículos e Vagas. Mais informações pelos telefones (11) 3113-2669/74.

Santos pode abrigar seleção na Copa 2014

Apresentada pelo prefeito da cidade, Paulo Alexandre Barbosa, a proposta feita em encontro na sede da Federação Paulista de Futebol, na Capital, no dia 17 de janeiro, foi bem recebida pelo presidente da Confederação Brasileira de Futebol, José Maria Marin. Ele teria afirmado que Santos preenche todos os requisitos para tanto, conforme consta no *site* da Prefeitura. Sua promessa é de realizar em breve visita ao município com a equipe do Comitê Organizador Local da Copa.

Aproveite seu **feriado / férias** com mais **tranquilidade!**

SEGURO
viagem

A partir de

R\$ **10,45**

por dia de viagem!

condições
especiais
para
Engenheiros

planos de
saúde,
odontológico
e seguros.

GRUPO 
semmler

Administradora de Benefícios e Corretora de Seguros

Ligue e faça sua cotação:

0800-601-3170

www.semmler.com.br